

# Corpos eficientes

**Inclusão** Atividades físicas para pessoas com deficiência são o foco de projetos, disciplinas e pesquisas



A Escola do Esporte Adaptado Paralímpico promove o esporte para pessoas com diferentes deficiências

“Imagine que você está com uma bola de futebol nas mãos. Agora, sentado no chão, com as pernas esticadas e levemente levantadas, faça o gesto de bater a bola no chão, ao lado direito do corpo, enquanto direciona as pernas para o lado esquerdo. Repita o movimento, invertendo os lados dessa vez.” É dessa forma que o professor Gustavo Schumacher orienta os atletas a fazerem o abdominal de aquecimento no início do treino de judô do projeto Bugre Lucena. Gustavo é responsável pela equipe de deficientes visuais na ação de extensão da ESEFID que oferece aulas de artes marciais para a comunidade.

Desde 2009, o projeto tem uma parceria com a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), e as aulas passaram a incluir o judô paralímpico. Os professores prestam orientação a todos os alunos de forma igual, adaptando, quando necessário, as instruções para pessoas com deficiências – hoje, o projeto atende também pessoas com deficiência auditiva.

Mais de 45,6 milhões de brasileiros vivem a experiência de alguma deficiência, segundo os dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número representa 23,9% da população do país. Por isso, a oferta de esportes adaptados – com adequações às necessidades das pessoas com deficiência – e paralímpicos – as modalidades oficiais das paralimpíadas, segundo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) – decorre da necessidade de promover qualidade de vida e o direito ao lazer a essa parcela da população.

Nas lutas, os alunos com deficiências visuais ficam o tempo inteiro em contato com o adversário, segurando o quimono do oponente pela gola e pela manga. Se os atletas se soltam, eles podem chamar o nome

do colega, bater palmas, e então continuam a disputa. Assim, pessoas com e sem deficiência podem lutar uns com os outros. Hoje, a inclusão ultrapassa as barreiras da ESEFID: nas competições da Federação Gaúcha de Judô, os atletas cegos e com baixa visão lutam também com pessoas sem deficiência.

Atletas do projeto, Thais Furtado Gonçalves e Bruna Domingos, que tiveram perda completa da visão por conta de um glaucoma, consideram o judô uma oportunidade de se sentirem incluídas. “Dentro do tatame todo mundo é igual”, relata Bruna. De acordo com Thais, o esporte também permite que as pessoas com deficiência sintam mais segurança em outros espaços. “O judô me ajudou a ter mais autoconfiança, a acreditar em mim mesma e me sentir incluída na sociedade”, conta. Para elas, é importante que projetos como este cresçam e ganhem visibilidade para inspirar outras pessoas com deficiência a participarem.

Conforme o professor Gustavo, adaptações ao esporte não são exclusivas para pessoas com deficiência, mas uma condição que qualquer um pode enfrentar: “Cada pessoa tem uma dificuldade. O meu papel enquanto profissional é descobrir o que a pessoa precisa e fazer algo para corrigir aquilo. Então, independentemente da deficiência, a necessidade que um aluno meu tem vai me obrigar a pensar sobre aquilo”. Por meio de tentativas, é possível descobrir formas de viabilizar a prática esportiva para todos os alunos. “Acho que não tem limites para a capacidade do ser humano de ensinar e de aprender”, complementa.

**Arte e expressão** – Em outro câmpus da Universidade, mais especificamente no Centro Cultural, acontecem as aulas do grupo artístico Diversos Corpos Dançantes (DCD). Na sala, dançarinos com



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

**Os dançarinos do projeto Diversos Corpos Dançantes interpretam coreografias a partir das possibilidades de seus corpos**

deficiências físicas e intelectuais interpretam coreografias e fazem dinâmicas de improviso junto com pessoas sem deficiência.

A proposta estética do DCD, criada em 2014, é a diversidade corporal, o que envolve aceitar qualquer pessoa que queira participar – de todas as idades e variados tipos físicos. Já passaram pelo projeto pessoas com diferentes deficiências físicas e intelectuais. Pela linha de atuação da iniciativa, o que é levado em consideração são as múltiplas habilidades que cada corpo oferece.

“A gente pode esquecer a deficiência das pessoas, mas não a nega, porque é algo que faz parte de cada um”, ressalta Daniel Eliseu Fagundes, voluntário, bailarino e professor do projeto desde o início. A ideia é fazer a aula mais inclusiva possível. Não existem exigências nem contagens rítmicas. Quando os movimentos são iguais para todos, cada um faz dentro do seu tempo e a seu modo. “Na dança, a ideia de corpo eficiente é muito diferente. Se tu fores pensar em deficiência e eficiência, a linha do que é eficiente é muito tênue. Muitas vezes, na aula, proponho uma coisa e pessoas com entendimentos diferentes fazem outra; elas acabam fazendo melhor do que a proposta inicial”, enfatiza Daniel.

Lidar com diferentes corpos e entendimentos, reflete Rosaura Vattilana Severo, dançarina do DCD, é uma experiência que exige empatia do instrutor e dos dançarinos. “Todo corpo pode dançar, mas é uma questão de escuta perceber o corpo do outro e aceitar a proposta dele. O que o teu companheiro tem pra oferecer, e o que tu pode propor?”, comenta. O grupo também não vê as tecnologias assistivas (cadeiras de rodas, bengalas, muletas, andadores, próteses, órteses) como limitadores, mas como elementos

que podem dar mais possibilidades para as danças.

Por isso, muitas coreografias são pensadas a partir da perspectiva das diferentes habilidades. Uma das propostas absorveu os movimentos que um dos dançarinos, que é cadeirante, fazia no chão. Muletas são usadas como extensões do corpo, e participantes que não as usam no dia a dia podem empregá-las na performance.

**“Na dança, a ideia de corpo eficiente é muito diferente. Se tu fores pensar em deficiência e eficiência, a linha do que é eficiente é muito tênue.”**

Daniel Fagundes

Antes de entrar no DCD, em 2018, Denise Schaun Brose não acreditava que pudesse dançar. Com paraparesia dos quadris, uma seqüela neurológica decorrente da esclerose múltipla, ela costuma usar bengalas, já que tem dificuldade para caminhar e movimentar o quadril. Seus movimentos se focam na parte de cima do corpo. “No palco,

o grupo não me vê com duas bengalas. A gente esquece a deficiência e vai além até dos nossos limites”, comenta. Afora a inclusão, a dança permite ainda que as pessoas ultrapassem as barreiras que acreditam que seus corpos têm. “Dançar é a maior alegria da vida!”, exalta-se.

A transformação que a dança promove passa também pela saúde mental das pessoas com deficiência. Gisele de Souza nasceu com espinha bífida, uma má formação que altera sua locomoção. Para ela, foi uma surpresa descobrir que poderia dançar. O contato com a atividade a ajudou a perder a timidez e a lidar com a depressão. Ela não consegue caminhar sem as muletas, mas dançar consegue com elas ou sem. “A gente descobre que a muleta não serve só pra apoio. Ela é um objeto de dança.”

Para Márcio Noronha, coordenador artístico do DCD, uma das barreiras encontradas pelo grupo é ampliar o acolhimento. Muitos teatros e palcos criam acessibilidade para a plateia, mas ainda não para os camarins, coxias e bastidores. Outro desafio enfrentado pelo grupo é o reconhecimento de sua autonomia artística. Para Noronha, “o desafio do futuro é que não exista uma mostra exclusiva de danças inclusivas, mas que a dança inclusiva seja percebida já como dança. Isso é o final do processo de inclusão: acabar com essa exclusão”.

**Ensino e pesquisa** – Janice Mazzo, professora da Esefid e pesquisadora do Núcleo de História e Memória do Esporte, é uma das fundadoras do Observatório do Esporte Paralímpico, acervo com documentários, reportagens e entrevistas com alguns dos principais medalhistas paralímpicos do Brasil. O material é fruto de dois anos de pesquisa com o objetivo de recuperar a memória desses atletas.

Fundado em 2015, o observatório é uma ferramenta para comunicar os resultados da pesquisa à comunidade. A docente recebeu relatos de pessoas que descobriram, por meio do projeto, a possibilidade de praticar esportes.

Os cursos de bacharelado e licenciatura em Educação Física da UFRGS têm em seu currículo a disciplina obrigatória Fundamentos de Educação Física Especial, que discute a pedagogia e as estratégias de ensino para incluir os alunos com diferentes tipos de deficiência. Para Aline Strapasson, titular da cadeira, a inclusão da atividade no currículo é importante não só para promover a capacitação profissional, mas também para os alunos quebrarem preconceitos. A disciplina também realiza jogos sensibilizadores nos quais os alunos podem experimentar as vivências de cada deficiência. Aline relata que, “quando o aluno se coloca no lugar da pessoa com deficiência, ele consegue ter mais sensibilidade para trabalhar com esse público”.

Além disso, os alunos fazem uma visita à Kinder - Centro de Integração da Criança Especial, onde realizam uma intervenção que consiste em dar uma aula de educação física. “É um divisor de águas. Os relatos que eles me dão de como é importante você conhecer uma instituição são incríveis”, comenta a docente. “Algumas crianças atendidas por essas instituições não têm condições de serem atendidas no ensino regular. Então, eles entendem que a inclusão, muitas vezes, não é pra todos.”

Aline também é professora da Escola do Esporte Adaptado Paralímpico, ação de extensão que oferece a prática esportiva a pessoas com deficiência. Iniciado em agosto deste ano, até o momento o projeto oferece aulas de parabadminton, aprovado pelo COI e com estreia

prevista para os Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020, e bocha paralímpica. O ponto central da iniciativa é a adaptação das atividades, dos materiais e das regras para promover a inclusão. “O objetivo do esporte paralímpico é que a pessoa execute tudo de forma prazerosa e com competência”, ressalta.

Felipe Borges, o primeiro atleta do projeto, disputou as parolimpíadas escolares de 2019 na modalidade parabadminton. Com 17 anos, ele era a única pessoa com nanismo da delegação gaúcha. Conheceu o esporte neste ano, quando foi convidado a participar do projeto. No badminton, ele vê uma possibilidade de seguir carreira como atleta. “Aqui eu sou incluído, coisa que eu não era”, revela.

Segundo Aline, a oportunidade de praticar esportes representa não apenas o direito pleno ao lazer mas também a abertura de novos horizontes como possibilidades de trabalho e identidade social e cultural. Para ela, como são poucos os lugares que oferecem a prática do esporte a pessoas com deficiência, é um dever da Universidade garantir esse direito a elas. Para o futuro, o plano é implementar ainda mais esportes, como atletismo, petra e polibat – as duas últimas, modalidades exclusivamente das parolimpíadas. “A minha intenção é encher essa Universidade de alunos com deficiência.”

Júlia Provenzi,  
estudantes do 6.º semestre  
de Jornalismo da UFRGS

ufrgs.br/jornal

\_Judô para deficientes visuais no projeto Bugre Lucena